

Ações afirmativas e cursos pré-vestibulares comunitários da Baixada Fluminense: possibilidades através do espelho de Narciso

Affirmative action and communitarian college preparatory courses in Baixada Fluminense: possibilities through Narcissus' mirror

Elias Galdino Neto¹

Patricia Maria dos Santos Santana²

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo evidenciar que as ações afirmativas podem ser fatores essenciais para aguçar a vontade dos alunos de pré-vestibulares comunitários a seguir a mesma trilha dos alunos que se serviram desse processo de seleção para a universidade. Os bons resultados vistos dentro do seio da sociedade colaboram para uma procura maior de alunos em busca do ensino superior, principalmente quando esses alunos são oriundos de classes sociais menos favorecidas e marginalizadas. Em um processo relacionado à teoria do espelho, o aluno projeta no outro, neste caso, no aluno que conseguiu chegar até a universidade pública pelo sistema de cotas, o que ele deseja para si, partindo dessa projeção para sua própria melhoria sociocultural.

ABSTRACT: This article aims at showing that affirmative action can be essential factors to stimulate communitarian pre-university students to follow the same path of students who benefited from this kind of process to go into University. The good results found in society help in a greater demand of students for higher education, mainly when these students come from lower and marginalized social classes. In a process related to the mirror theory, the student projects in other student, in this case, in the student who got a vacancy in public university through quota system, what he wants for himself, based on this projection to get his own sociocultural improvement.

1 Professor do Ensino Básico. Especialista em Matemática. Mestrando do Programa de Pós-Graduação do Ensino das Ciências na Educação Básica da Unigranrio. E-mail: eliasgneto@hotmail.com

2 Professora do Ensino Básico. Especialista em Docência do Ensino Superior e em Língua Inglesa. Mestra pelo Programa de Letras e Ciências Humanas da Unigranrio. Doutoranda em Literatura Comparada pela UFRJ. E-mail: patriciasantana@ufrj.br

PALAVRAS-CHAVE: Pré-vestibulares comunitários. Ações Afirmativas. Espelho.
KEYWORDS: Communitarian college preparatory courses. Affirmative Action. Mirror.

I. INTRODUÇÃO

É que Narciso acha feio o que não é espelho.
Caetano Veloso

De nihilo nihil.
Lucrécio

Agir afirmativamente compreende sair de uma situação de imparcialidade e neutralidade para realizar algo de positivo em relação a grupos discriminados. As ações afirmativas são exatamente medidas especiais, tomadas ou determinadas pelo Estado, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas para garantir a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. Portanto, as ações afirmativas visam a combater os efeitos acumulados em virtude das discriminações ocorridas no passado.

Muito se fala sobre o sistema de cotas nas universidades brasileiras, havendo uma infinidade de discursos, positivos e negativos, levantados em torno do assunto. Determinados estudiosos se posicionam contra o sistema de cotas por acreditar que uma educação justa e de qualidade deve ser dada a todas as classes sociais, acabando, assim, com possíveis situações discriminatórias. Por sua vez, outros acham que as cotas soam como uma ótima reparação, uma compensação, um ressarcimento pela injustiça feita no passado aos antepassados desses grupos sociais marginalizados. Ressarcimento de uma dívida histórica ou não, a noção de se ter uma justiça compensatória no sistema de cotas das universidades públicas agrada a uma espécie de “sentimento robinhoodiano” de diversas pessoas que acreditam que, somente assim, o Estado estaria desconcentrando as oportunidades daqueles que têm e que frequentam o ensino privado de qualidade em prol dos marginalizados e menos favorecidos que necessitam se submeter ao Ensino Médio público caracterizado por sua péssima qualidade no Brasil.

O ensino médio por si só não colabora para a entrada desses alunos em uma universidade pública e muitos acabam recorrendo aos cursos pré-vestibulares comunitários para ampliar as chances por uma vaga nessas universidades, e as chamadas cotas chegam para viabilizar essas oportunidades. Assim, as cotas e os cursos pré-vestibulares para alunos carentes chegam para mudar o acesso ao curso superior de muitos alunos da Baixada Fluminense.

2. O SISTEMA BRASILEIRO DE COTAS E O ALUNO COTISTA

A reserva de vagas (ou sistema de cotas) entrou pela primeira vez em vigor no Vestibular de 2003, embora a lei 3.524, que reservava 50% das vagas para alu-

nos oriundos de escolas públicas, tenha sido promulgada em 2000, e a lei 3.708, que reservava 40% das vagas para alunos que se declaravam negros ou pardos, tenha sido promulgada em 2001. Para o Vestibular de 2004, a lei foi reformulada, estabelecendo reserva de 20% para alunos oriundos da rede pública, 20% para alunos que se declaravam negros e 5% para alunos deficientes ou indígenas, ao mesmo tempo que obrigava a comprovação de carência socioeconômica como condição para concorrer às cotas. Nem todas as universidades adotaram o sistema de reserva de vagas.

Agora, pelo decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, a Presidência da República regulamentou a lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre a distribuição de cotas ao ingresso nas universidades federais do país, estabelecendo, através do documento, que as instituições federais vinculadas ao Ministério da Educação que ofertam vagas de educação superior reservarão em seus concursos de ingresso para cursos na graduação, por curso e turno, no mínimo cinquenta por cento de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, inclusive em cursos de educação profissional técnica, observando as seguintes condições:

I - no mínimo cinquenta por cento das vagas serão reservadas a estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a um inteiro e cinco décimos salário-mínimo *per capita*;

II - proporção de vagas no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação do local de oferta de vagas da instituição, segundo o último Censo Demográfico divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que será reservada, por curso e turno, aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

Também ficou instituído, nesse decreto, o Comitê de Acompanhamento e Avaliação das Reservas de vagas nas Instituições Federais de Educação Superior e de Ensino Técnico de Nível Médio, para acompanhar e avaliar o cumprimento do que foi disposto. O Comitê terá a seguinte composição: dois representantes do Ministério da Educação, dois representantes da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República e um representante da Fundação Nacional do Índio. Os membros do Comitê serão indicados pelos titulares dos órgãos e entidade que representam e designados em ato conjunto dos Ministros de Estado da Educação e Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República. A presidência do Comitê caberá a um dos representantes do Ministério da Educação, indicado por seu titular. Poderão ser convidados para as reuniões do Comitê representantes de outros órgãos e entidades públicas e privadas e especialistas para emitir pareceres ou fornecer subsídios para o desempenho de suas atribuições.

Com isso, as ações afirmativas acabam se tornando essenciais para o acesso ao ensino superior para diversos alunos. Sendo a universidade pública

brasileira, ainda hoje, um lugar ocupado em sua maior parte pelas classes sociais médias e altas e só recentemente se tem aberto espaço à presença das classes populares em seu quadro discente, é necessário considerar com entusiasmo essa nova possibilidade oferecida aos educandos oriundos das classes menos privilegiadas, frisando positivamente a expansão do acesso a bens culturais por parte desses alunos e a retirada de muitos da violência de seus mundos:

(...) jovens de espaços populares experimentam uma realidade muito particularizada e presentificada, querendo dizer com isso que eles vivem muitas vezes restritos aos estreitos limites das suas comunidades, não circulando na cidade e, com isso, não experimentando a cidade como um espaço de troca e de apreensão do saber, da cultura e da pluralidade democrática de estilos de vida. Ao lado disso, seu cotidiano é presentificado, isto é, marcado pela ausência de projetos futuros, sejam individuais ou coletivos e, por isso mesmo, gasto de forma improdutivo, seja no consumo alienado de bens massificados, seja na reprodução de uma cultura de violência que se faz atualmente muito presente nestas comunidades. (BARBOSA; SOUZA E SILVA, 2002, p.4)

A UERJ, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, foi a primeira universidade do País a adotar políticas afirmativas, em 2003. Já recebeu mais de 9 mil alunos pelo programa. A prioridade do programa da estadual carioca é para estudantes de escolas públicas, mas há outros recortes na reserva de 45% das vagas feitas pela instituição. Por exemplo, todos os candidatos ao sistema de cotas da UERJ precisam comprovar carência financeira. Mais adiante, os próprios candidatos escolhem como desejam entrar na disputa das vagas distribuídas, em que 20% são para estudantes de escolas públicas, 20% para negros e indígenas e 5% para pessoas com deficiência e filhos de policiais civis, militares, bombeiros ou inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço. Em 2010, sete anos após o ingresso da primeira turma de estudantes cotistas, a UERJ divulgou um primeiro balanço do seu sistema de ações afirmativas. Os números apresentados pela universidade mostraram que os estudantes cotistas são menos reprovados, desistem menos do curso e se formam mais do que os colegas que não entraram pelas cotas. Por outro lado, o estudo destacou que os cotistas entram na universidade com notas bem menores que os alunos não cotistas. No vestibular realizado em 2009, por exemplo, a menor nota do cotista aprovado para Jornalismo foi 21,8 pontos, menos da metade da nota do candidato não cotista que foi 63,5.

Existe uma espécie de supervalorização por parte dos cotistas em relação à vaga obtida. Apesar de entrarem na UERJ com mais facilidade, os cotistas procuram estudar mais que os não cotistas e correr atrás de possíveis deficiências de aprendizagem ao longo do caminho acadêmico. Segundo os números oferecidos pela própria universidade, entre os alunos que ingressaram em 2003 e não foram beneficiados pelo sistema, 37,7% largaram a faculdade. Entre os

cotistas, a taxa foi de 25,9%. Os cotistas também obtiveram índices menores de reprovação de 2004 até 2008. Dos estudantes que entraram pelas cotas em 2003, 50,4% concluíram o curso, contra 40,4% dos demais colegas. Em 2004, o resultado foi de 42,4% para os cotistas e 38% para os não cotistas. O estudante cotista agarra essa oportunidade como a única na vida, não querendo perder a chance. Por isso, ele estuda, se esforça, supera as dificuldades, se mantém na universidade e conclui mais que os outros. Ele encara o sistema universitário de uma maneira completamente diferente da juventude de classe média, bastante acostumada a entrar no ensino superior.

Apesar dos bons resultados, na entrada da universidade a situação é diferente. Nas carreiras mais disputadas, a distância entre as pontuações mínimas para conseguir uma vaga é muito grande. Em Medicina, no vestibular 2009, para conseguir a vaga, o estudante que entrou pelo sistema de cotas fez 23,3 pontos, contra 35,8 do estudante não beneficiado. Quanto menos disputado é o curso, menor é a diferença entre as notas de corte. Também em 2009, no mesmo vestibular, nas carreiras de Matemática e Pedagogia oferecidas no campus da Baixada Fluminense, cotistas seriam aprovados mesmo sem o benefício. Já no curso de Letras, em São Gonçalo, a disputa entre os cotistas foi bem mais acirrada, e a diferença entre as notas mínimas foi de 10,5 pontos a favor dos cotistas.

As ações afirmativas estão sempre envolvidas em polêmicas sobre mérito dos estudantes cotistas e qualidade acadêmica. Alunos cotistas, muitas vezes, sofrem discriminação e enfrentam a falta de confiança de professores e colegas sobre a capacidade de acompanhar o curso e ser um bom profissional. Nas instituições pioneiras, dados de rendimentos dos alunos e estudos com os cotistas têm comprovado que, se eles tiverem apoio financeiro para continuar frequentando as aulas, o desempenho deles é igual ou melhor do que o desempenho dos alunos não cotistas. As universidades têm seus próprios critérios para manter a qualidade acadêmica. O aluno que não mantém sua produção pode ser desligado. A cota é só um acesso. Hoje a resistência de professores e alunos não cotistas às ações afirmativas é bem menor.

Dos cursos pré-vestibulares comunitários oferecidos na Baixada Fluminense, o PVNC (Pré-Vestibular para Negros e Carentes), o Educafro, os PreEnems da Sesi e da Fundec, o CPV e o Cederj se destacam pelo grande número de aprovações de seus alunos. Interessante dizer que o Cederj é um curso oferecido pelo Estado do Rio de Janeiro, o mesmo Estado que se encarrega de oferecer a educação de Ensino Médio gratuito na própria Baixada e no Rio de Janeiro. Paradoxalmente, é como se o Estado admitisse, assim, que a educação oferecida em seu Ensino Médio é precária, encarregando-se de se redimir através do pré-vestibular, em que o ensino surte efeito. Os polos do Cederj estão presentes em diversos municípios da Baixada Fluminense, como Queimados, São João do Meriti, Paracambi, Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaguaí, Magé, Mesquita, Nilópolis e Nova Iguaçu. Na página do projeto na web, existe uma seção intitulada “Casos de Sucesso”, que se encarrega de mostrar ex-alunos

do curso que alcançaram seus objetivos, ou seja, conseguiram aprovações nos mais variados cursos de diversos vestibulares isolados e no Enem. A listagem de aprovados engloba alunos desde as primeiras turmas oferecidas em 2007 até os dias atuais, servindo como uma verdadeira injeção de ânimo e estímulo aos alunos e aos futuros alunos do mencionado curso.

3. O EFEITO DO ESPELHO

Um fenômeno interessante ocorre nos pré-vestibulares comunitários: os alunos que conseguem admissão no processo de seleção das universidades públicas são fervorosamente reverenciados e acabam servindo como uma espécie de estímulo aos alunos que também desejam o seu lugarzinho ao sol. Servem como modelo e estimulam o processo de aspiração pessoal de muitos que se encontram sentados nos bancos desses cursos. Em seu livro *Estâncias* (2007), o filósofo Giorgio Agamben nos relata sobre a formação do desejo na mente humana, fazendo referência aos estudos de Freud e Lacan sobre o mito de Narciso. Para Agamben, Narciso não é, a priori, um ser que ama a si próprio incondicionalmente. O autor frisa que antes de se atingir esse desejo do self, Narciso deseja uma imagem de fora, uma imagem exterior, mesmo porque até então Narciso não sabe que aquela imagem que aprecia nas águas é sua própria imagem. Giorgio Agamben ressalta que o estímulo exterior é o responsável por aguçar sensações de querência e desejo no indivíduo que somente mais tarde irá internalizar esse querer no coração, ou seja, no seu eu. A teorização lacaniana sobre o espelho mostra que o eu encontra a sua constituição na mesma operação que o condena a uma condição de alienação, sendo formado na experiência especular pela identificação com a *gestalt* de uma imagem exterior e discordante. Primeiro, o sujeito se aliena em si mesmo e é no outro que o sujeito se identifica e se experimenta.

As identificações que surgem no outro são as motivações necessárias para um crescimento interior. Por diversas vezes, o que dá certo desperta o interesse de muitos. Acreditamos que as ações afirmativas funcionem como fatores positivos em diversas comunidades por disponibilizarem bons resultados à sociedade através de alunos que alcançaram êxito social e pessoal por estarem concluindo ou já terem concluído uma universidade pública. Esses alunos ou ex-alunos acabam servindo de estímulo a futuros alunos em potencial. É como se ficasse a frase “se ele conseguiu, eu também conseguirei” latejando nas mentes daqueles que desejam para si um mesmo horizonte de possibilidades. E há de se valorizar essa vontade que surge principalmente em uma área violenta como a Baixada Fluminense, onde, muitas vezes, perdemos os nossos alunos para o tráfico de entorpecentes por ser este o único “caminho promissor” que muitos jovens encontram ao seu redor. Somente na figura poderosa do traficante, determinados indivíduos encontrarão o seu estágio do espelho, ou seja, o reflexo de Narciso. Longe de ter uma visão romântica da situação, o sistema de cotas nas universidades também ajuda, mesmo que de forma não tão direta, a mudar todo um panorama de abandono e violência.

Os cursos pré-vestibulares comunitários são agentes ativos nesse processo de divulgação de bons resultados obtidos. Acabam surgindo como tábuas de salvação para muitos alunos carentes, e tais cursos acabam por cumprir os seus papéis bem direitinho. Mostrando os resultados obtidos a cada ano que passa, esses cursos despertam em muitos jovens a vontade de trilhar uma vida acadêmica. Os alunos que conseguem garantir suas vagas na universidade são reverenciados nos cursos, colocados como pequenos heróis e, de forma interessante, muitos deles retornam a esses cursos mais tarde como professores, retribuindo toda a gratidão que têm em seus trabalhos voluntários. Visivelmente, as ações afirmativas e os cursos pré-vestibulares comunitários da Baixada Fluminense colaboram para incentivar os alunos marginalizados social ou economicamente, ou seja, marginalizados por sua etnia ou classe social, ao ingresso em uma universidade pública por intermédio dos exemplos obtidos através dos outros alunos que passaram anteriormente por esse processo de seleção. O estágio do espelho é forte estimulador do querer pessoal e do processo cognitivo desses futuros universitários.

4. PRÉ-VESTIBULARES COMUNITÁRIOS COMO MOVIMENTOS SOCIAIS

Justamente os projetos sociais que visam a uma melhoria de vida humana dão uma força particular à ampliação de um futuro com novas possibilidades a esses indivíduos: “A possibilidade da formação de grupos de indivíduos com um projeto social que englobe, sintetize ou incorpore os diferentes projetos individuais depende de uma percepção e vivência de interesses comuns (...) que só se concretiza num campo de possibilidades” (VELHO, 1994, p.43). Projetos sociais como os pré-vestibulares comunitários acabam fazendo parte de um novo momento na vida dos seus alunos, servindo de estímulo e referência para aqueles que verdadeiramente vislumbram uma mudança social atraídos pela vontade de ingressar no ensino superior, especialmente nas universidades públicas, cujos vestibulares são enormes barreiras de ingresso para estudantes de classes populares. Os pré-vestibulares comunitários também podem ser entendidos como movimentos sociais devido ao caráter de luta pela emancipação humana e também de reivindicação, questionamento e pressão sobre as classes e grupos dominantes. De acordo com Rezende,

Os movimentos sociais não podem ser pensados apenas como meros resultados da luta por melhores condições de vida, produzidos pela necessidade de aumentar o consumo coletivo de bens e serviços. Os movimentos sociais devem ser vistos, também (e neles, é claro, os seus agentes), como produtores de História, como forças instituintes que, além de questionar o Estado autoritário e capitalista, questionam, com sua prática, a própria centralização/burocratização tão presentes nos partidos políticos. (REZENDE, 1985, p.108)

Segundo Eunice Durhan (1984), o processo de revisão e redefinição de cidadania se dá com a transformação de necessidades e carências em direitos e esta é uma proposta que se opera dentro dos movimentos sociais. Sabemos que os alunos mais pobres não possuem a mesma educação de qualidade de alunos de classes mais abastadas e algo sempre precisou ser feito para reparar tal fato. O autor português Guilherme Dray nos mostra que a igualdade de oportunidades vista sob a perspectiva estritamente liberal tende a se resumir a uma igualdade fictícia quando se acredita que os indivíduos por si sós são capazes de ir ao encontro de seus sucessos, sem nenhuma consideração das desigualdades que existem entre eles:

(...) a noção de “igualdade de oportunidades” surge como um ponto de encontro entre duas grandes tradições jurídico-ideológicas existentes a propósito da igualdade: a liberal, que, ao assentar na neutralidade do Estado, concebe a igualdade de oportunidades como uma igualdade de condições jurídicas independentemente da existência de desigualdades de meios factuais; e a social, que se assenta no restabelecimento da própria igualdade factual, como condição necessária para a promoção de uma igualdade real. Assim, enquanto a primeira vê a igualdade de oportunidades de um ponto de vista estritamente “formal”, a segunda, pelo contrário, concebe a igualdade de um ponto de vista “material”, apelando por isso a uma visão “positiva” e “intervencionista” da igualdade. Ou seja, do conceito de “igualdade de oportunidades”, parecem resultar, como sublinha Perelman, dois “princípios de justiça”: “a de um de acordo com seus méritos” (princípio de índole liberal) e “a cada um de acordo com as suas necessidades” (princípio de índole social). (DRAY, 1999, p. 90)

Pré-vestibulares comunitários são vistos por muitos como instrumentos que permitem igualar o acesso ao conhecimento e colocar seus alunos em situações dignas para competir e permanecer em uma vaga pública, sem deixar de mencionar os recursos dentro dos pré-vestibulares comunitários, que atuam como estímulo psicológico quando mostram constantemente (como exemplos) os ex-alunos que conseguiram passar com êxito pelo processo de seleção das universidades públicas. Ludké e André (2001) comentam que a mente humana é altamente seletiva e cada um irá tomar para si o que tiver a ver com sua história pessoal. Apelando para o lado emocional dos alunos desses pré-vestibulares, a questão do exemplo é usada para incentivar os alunos que ali estão, partindo do pressuposto que todos almejam esse mesmo propósito. No momento em que existe um objetivo nas mentes dos educandos é que se torna possível trabalhar com seus desejos, com seus ideais de vida. Para Mercer (1994), em sua teoria neovyostkiana, o aprendizado é visto como um processo sociocultural no qual os indivíduos aprendem ao interagir com o meio do qual fazem parte socialmente. Com tal fato, devemos dar importância também ao que cerca nossos alunos, uma

vez que a essência da abordagem neovygotkiana é tratar o aprendizado humano e o desenvolvimento cognitivo como um processo culturalmente baseado, não apenas culturalmente influenciado, mas como um processo que é mais social do que individual e como um processo comunicativo em que o conhecimento e a compreensão são construídos em contextos culturalmente informados. Esta é, de fato, uma visão que reforça o papel do outro na construção social da identidade, visto que é através do outro que o indivíduo enxergará a âncora para seus desejos. Bakhtin (1992) corrobora essa questão ao mencionar que a identidade nasce da interação de discursos, representando sempre um construto moldável que está em constante processo de formulação e reformulação. Agamben (2007) se agarra ao gancho do mito narcíseo, que se enamora de uma imagem e diz que o estímulo externo é responsável por desabrochar nossos sentimentos. Narciso, ao enamorar-se de si mesmo, de fato, enamora-se do estímulo que veio de fora. Com isso, através dos bons exemplos obtidos nos cursos pré-vestibulares, o aluno, que faz parte desse ambiente, se enamora, como Narciso, do estímulo externo que recebe, ou seja, dos exemplos que enxerga nos outros alunos que alcançaram suas metas. O aluno busca, com base no estímulo exterior, sua força interior para tornar real o que deseja:

Estamos tão acostumados com a interpretação que a psicologia moderna deu ao mito de Narciso, quando se define como narcisismo o fechar-se e o retrair-se da libido do eu, que acabamos esquecendo que, afinal de contas, no mito o jovem não está enamorado diretamente de si, mas da própria imagem refletida na água, e que ele toma por uma criatura real. (AGAMBEN, 2007, p. 147)

Mais adiante, o filósofo acrescenta:

A fonte de amor que “inebria de morte os vivos” e o espelho de Narciso aludem ambos à imaginação, onde mora o fantasma, que é o verdadeiro objeto de amor; e Narciso, que se enamora de uma imagem (...) rompe o círculo fantasmático na tentativa de se apropriar de uma imagem como se fosse uma criatura real. (idem *ibidem*, p. 149-150)

5. CONCLUSÕES

Comparando a tese narcísea de Agamben aos alunos que frequentam os cursos comunitários, podemos dizer que a questão dos bons exemplos dados serve como fator estimulante para fazer com que os muitos narcisos presentes nos bancos dos pré-vestibulares comunitários tornem real a imagem que desejam. Em uma leitura lacanianiana da situação exposta, o espelho é o momento da relação do indivíduo consigo e que é irremediavelmente, e para sempre, uma relação com o outro, representando uma fase privilegiada na medida em que tenha um valor exemplar para toda a sequência de um desenvolvimento. Os pré-vestibulares comunitários, pela viabilidade das ações afirmativas, se organizam para refletir

essa imagem de conquista e de vitória no espelho que cada aluno carente carrega.

Em relação às cotas, considerando o 5º artigo da Constituição Federal de 1988, que menciona que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)” (BRASIL, 2002, p. 15), podemos entender que as políticas das Ações Afirmativas não só respeitam os princípios em estudo, mas também são capazes de produzir medidas que diminuam as barreiras da desigualdade social, afastando, assim, uma possível tese de que possam vir a reforçar desigualdades entre os seres humanos. Pelo contrário, tais políticas de ações afirmativas ajudam a exercer um direito que deveria ser garantido a todos. Em nosso país, elas se fazem primordiais e necessárias. Claro que esse não é o mundo ideal, mas são paliativos importantes. Todos os processos de inclusão são essenciais. As políticas se transformaram em uma forma de “mudar a história da universidade pública”, que foi restringida a poucos nas últimas décadas.

É obvio que os investimentos na educação básica devem ser intensificados e nada disso aconteceria se o ensino básico tivesse uma qualidade melhor. Mas esse já seria tópico para outro estudo. Ainda, as cotas são uma esperança para quem faz um ensino médio precário, realidade no âmbito público carioca. E enquanto não se muda lá do comecinho, louvados sejam as cotas e os alunos da nossa Baixada que conseguem uma educação de qualidade por meio delas, investindo em seus sonhos e numa melhoria de seus status sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Estâncias: a palavra e o fantasma na cultura ocidental*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- BAKHTIN, Mikhail. “Os gêneros do discurso”. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. 29. ed. atual. e amp. São Paulo: Saraiva, 2002.
- DRAY, Guilherme. *O princípio da igualdade no direito do trabalho*. Coimbra: Almedina, 1999.
- DURHAM, Eunice. Movimentos sociais: a construção da cidadania. In: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo: CEBRAP, 1984.
- LACAN, Jacques. *O seminário, livro 2 : o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1985.
- LUDKÉ, Menga; ANDRÉ, Marli. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 2001.
- MERCER, Neil. Neo-Vygotskyan theory and classroom education. In: STIERER, B; MAYBIN, J. (Eds). *Language, Literacy and Learning in Educational Practice*. Clevedon: Multilingual Matters, 1994.
- REZENDE, Antônio. Movimentos sociais e partidos políticos: questões sobre lógica e estratégia política. In: *Movimentos Sociais: para além da*

- dicotomia rural e urbana*. João Pessoa: Imago, 1985.
- SOUSA E SILVA, Jailson; BARBOSA, Jorge Luis. Observatório social das favelas do Rio de Janeiro. In: *Rio de Janeiro: trabalho e sociedade*. Rio de Janeiro, ano 2, n.3, p.3-6, abril, 2002.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.

Recebido em: 05/11/2012

Aceito em: 28/11/2012